

POPULAÇÃO E TERRITÓRIO. DO PAÍS A ÁREA METROPOLITANA

Lisboa cresceu, ultrapassou várias vezes os seus limites e fez-se área metropolitana à custa de migrações que trouxeram para aqui gente de outras regiões do país em busca de trabalho e de melhores condições de vida.

A identidade alfacinha, se existe, é fruto desta convergência, resultado do convívio de pessoas com origem diversa e, por isso, é costume dizer-se que ser natural de Lisboa é não ser de terra nenhuma. A procura das relações entre a diversidade de origens dos lisboetas e a organização urbana é a linha de pesquisa que este trabalho, recentemente apresentado como dissertação de doutoramento em Geografia Humana na Faculdade de Letras de Lisboa, vem inaugurar. É importante acentuar este carácter picneiro, pois o seu grande mérito situa-se na introdução do tema, na procura da articulação entre a mobilidade geográfica e socioprofissional e entre estas duas formas e o espaço metropolitano. Tem ainda muito valor a reunião de elementos sobre duas importantes componentes da mobilidade e a demonstração de ideias que se vinham difundindo sem provas científicas da sua validade.

As migrações são um dado permanente na demografia do país mas adquiriram facetas novas no decénio de 50, particularmente relevantes quando o enfoque é a área metropolitana, como o faz LUCINDA FONSECA (1). Com efeito, esta dissertação «pretende contribuir para a análise das diferentes formas de mobilidade da população da área metropolitana de Lisboa no período posterior a 1950», procurando «identificar alguns tipos de percursos mais característicos em termos geográficos e socioprofissionais e, desta forma, perceber melhor as transformações na organização da área» (p. 7).

O conceito de mobilidade que segue é bastante amplo, por vezes quase equivalente a mudança, pois inclui deslocações no território, a mobilidade geográfica, transferências da população activa entre ramos de actividade, a que podemos chamar de mobilidade económica ou profissional, e ainda alterações no estatuto social dos indivíduos em relação à família de onde provêm, isto é, mobilidade social. Dá contudo maior realce à mobilidade geográfica e, dentro desta, aos percursos motivados pelo emprego, independentemente da sua amplitude e frequência, pois deixa de fora outras formas de mobilidade geográfica muito importantes para o afeiçoamento do território, como sejam as migrações de turismo e lazer, as deslocações determinadas pela necessidade de fazer compras, ou pela frequência de certos serviços.

O trabalho está organizado em três partes: a primeira é dedicada à mobilidade geográfica, a segunda analisa a transformação na estrutura do emprego e na composição social da população e a terceira procura definir alguns tipos de percursos individuais mais característicos em termos geográficos e socioprofissionais para os habitantes da área metropolitana de Lisboa. Os fenómenos estudados são tratados a várias escalas, como já vem sendo hábito nalguns trabalhos de geografia produzidos nos últimos 10 ou 15 anos e, por isso, a autora considera o nível internacional, o nacional no quadro dos desequilíbrios e transferências inter-regionais e, finalmente, o intra-regional, concretamente o metropolitano, designadamente nas duas primeiras partes.

Por vezes os estudos da mobilidade individual descem ainda a uma escala de análise maior e enveredam pela construção de diagramas com a ocupação espaço-temporal dos indivíduos ao longo de um dia ou de uma semana. Este tipo de trabalhos que acentuam a tónica nos aspectos individuais não são muito frequentes porque exigem grande volume de informação; mais do que em muitos inquéritos, baseiam-se em entrevistas pormenorizadas, caras e difíceis de realizar. Atendendo à grande massa de informação recolhida no âmbito desta dissertação, lastima-se que não se tenha procedido à exploração de aspectos individuais e espera-se que isso venha a ser feito oportunamente.

A I Parte é dedicada à mobilidade geográfica no país. Na continuidade dos numerosos trabalhos existentes, a autora foca a evolução

(1) MARIA LUCINDA FONSECA (1988), *População e Território. Do País à Área Metropolitana*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

da população, a emigração e as migrações internas, privilegiando o período de 1950 a 1981, em que o saldo migratório foi decisivo para a variação populacional dos concelhos.

Em paralelo com a enorme saída de gente para o estrangeiro assistiu-se, no período considerado, a importantes movimentos internos que conduziram a uma reestruturação da distribuição da população no país, com o acentuar dos fenómenos de litoralização e urbanização.

A análise da relação entre a mobilidade geográfica e a actividade (cap. 3.4), fruto da exploração de resultados não publicados do Censo de 1970, não obstante as deficiências deste apuramento, é a que permite provar aspectos mais interessantes. Efectivamente, mostra-se que existe uma forte relação entre distritos de origem, residência na área metropolitana e actividade profissional. Mais adiante, os percursos individuais permitem validar esta conclusão estabelecida a nível macro com dados de 1970.

Vê-se que o índice de mobilidade geográfica é diferente para os vários sectores de actividade, sendo mais elevado para os activos no sector terciário, o que decorre tanto da mobilidade profissional, como da mobilidade geográfica não acompanhada de mudança de actividade. De facto, muitos dos migrantes dirigidos à área metropolitana mudam da agricultura para o terciário, enquanto os funcionários de certos serviços que se encontram dispersos por todo o território (serviços públicos, correios e telecomunicações, banca e seguros, entre outros) podem alterar a sua residência mantendo o mesmo vínculo profissional.

A autora admite que a orientação dos fluxos migratórios se ajusta a um padrão de desenvolvimento regional do tipo centro-periferia, em que a concentração da indústria e do terciário nas áreas metropolitanas transforma o resto do território em periferias produtoras de mão-de-obra para aquelas regiões. Através da análise da mobilidade dos activos (nas indústrias transformadoras, na construção civil e no sector terciário), bem como da composição das entradas e saídas de activos por ramos de actividade, em cada distrito, mostra a relativa especialização das regiões periféricas na produção de mão-de-obra.

Outra demonstração importante aponta para uma forte relação entre a origem do imigrante e a área de fixação na metrópole, pois enquanto «os alentejanos e os algarvios se estabelecem preferencialmente na margem sul do Tejo e os primeiros constituem uma das principais fontes de abastecimento do mercado de trabalho da construção civil e das indústrias transformadoras da região da capital, a população originária do Norte e Centro do País, pelo contrário, fixou-se, na sua maior parte, na cidade de Lisboa e nos subúrbios da margem norte do Tejo e trabalha predominantemente em actividades do sector terciário» (p. 130), «em funções subalternas do sector terciário: funcionalismo público (contínuos, forças de segurança, bombeiros, serviços de limpeza urbana), transportes, comércio e serviços pessoais» (p. 121).

Esta I Parte termina com a análise dos contingentes migratórios para a região de Lisboa, que é o principal pólo de atracção demográfica do país. Retoma alguns aspectos anteriormente referidos e depois debru-

ça-se com mais pormenor sobre a composição por sexos, origem, locais de residência e actividade dos habitantes desta área.

É curioso destacar o desequilíbrio apresentado pelo *sex-ratio*, pois as mulheres são mais numerosas que os homens, ao contrário do que acontece na maior parte das regiões receptoras de mão-de-obra. L. FONSECA explica esta aparente anomalia pela importância que tiveram no passado as migrações de mulheres de áreas rurais que vinham trabalhar como empregadas domésticas nas cidades; pelo facto de a emigração para a Europa nos anos 60 e princípios de 70 ter sido predominantemente masculina e ainda porque as migrações de homens são frequentemente indutoras da migração posterior das mulheres. A fig. 28 (p. 145) sugere uma outra causa, a do envelhecimento acompanhado da maior esperança de vida das mulheres. É efectivamente no concelho de Lisboa e nas suas freguesias mais centrais que o *sex-ratio* aparece mais desequilibrado.

A cartografia da naturalidade vem mostrar mais uma vez que «o Tejo funciona como uma barreira selectiva das comunidades originárias do Norte e do Sul de Portugal Continental» (p. 148). Para além desta constatação, parecia-nos importante ver mais desenvolvida esta ideia, perceber melhor como é que esta barreira actua na selecção e agrupamento das comunidades de migrantes, pois adiante (p. 160) admite a hipótese de que o agrupamento dos imigrantes por territórios de origem seja reforçado (ou resulte) das diferenças na composição socioprofissional das comunidades oriundas de cada região.

A comparação dos movimentos ocorridos entre 1973 e 81 com os de 1965 a 70 aponta para o reforço da componente externa no total da população imigrada, visto que os provenientes das ex-colónias representam 9,4 % dos residentes com 7 ou mais anos de idade na região de Lisboa, em 16 de Março de 1981. Outro aspecto importante refere-se à composição das correntes migratórias por sexo, que é menos desequilibrada e, por conseguinte, o diferencial entre o número de homens e de mulheres tende a reduzir-se. Em termos de mobilidade geográfica interna reforçou-se o peso dos movimentos no interior da área, em detrimento das migrações inter-regionais, com o crescimento de Lisboa a fazer-se essencialmente para a margem sul do Tejo (p. 166-167).

Na II Parte L. FONSECA debruça-se sobre o emprego e a composição social da população activa. Começa por analisar as taxas de actividade e a estrutura sectorial do emprego no país desde 1950, destacando as diferenças regionais e de actividade dos dois sexos. Depois compara a evolução de cada região com a dinâmica global da estrutura nacional do emprego, em termos de sexo e de sectores de actividade, utilizando como instrumento de análise o método de alteração proporcional (*shift-share*). Finalmente, faz uma breve referência à evolução da estrutura social da população activa.

O 2.º capítulo desta parte, intitulado «As componentes da organização do território da área metropolitana de Lisboa», inicia-se com o processo de suburbanização encarado em termos de evolução demográfica, que nos parece francamente deslocado do contexto. De seguida, procede-se ao estudo das migrações pendulares interconcelhias na área metropo-

litana em 1970 e 1981, verificando-se que o crescimento demográfico tem sido acompanhado pelo incremento das migrações pendulares e pelo progressivo afastamento entre lugares de residência e de trabalho. Com efeito, entre 1970 e 1981 a percentagem de activos a exercer actividade fora do concelho onde habitavam passou de 25,9 para 35 % e deram-se importantes alterações na organização metropolitana com o reforço das dependências, e o aumento da sua complexidade visando uma maior integração do território.

O estudo da área metropolitana termina com uma reflexão sobre as modificações na estrutura do emprego e na composição social da população, comparando a situação presente na área com a do país, bem como a da cidade com a dos subúrbios. Este capítulo é o que melhor se adequa aos assuntos tratados na II parte do trabalho.

Os dados mais salientes da evolução entre 1970 e 1981 são a terciarização e a feminização da população activa. Nota-se também a diminuição do emprego, especialmente industrial, em Lisboa-cidade. Estes resultados podem já indiciar uma tendência para a desconcentração do emprego, que tem sido observada nas grandes áreas urbanas de outros países, onde ocorre em paralelo com o incremento da taxa de feminização da mão-de-obra. Contudo, na região de Lisboa, como o crescimento do emprego na periferia continuou inferior ao aumento populacional, assistiu-se ainda ao reforço da acção polarizadora da capital.

Para estudar as alterações havidas na distribuição dos activos pelos sectores de actividade, bem como na composição social da população residente, a autora analisou a estrutura de ligação dos municípios, em 1970 e em 1981. Os agrupamentos obtidos são muito interessantes e marcam bem a localização da franja da área metropolitana. Reconhecendo que «as maiores mudanças se observam nos territórios da periferia, onde, em 1970, tinham ainda grande importância os grupos sociais ligados à agricultura», pena foi que não tivesse abandonado por um pouco a fria leitura dos números para se deter nos sinais visíveis da mudança que neles estão a ocorrer.

Na III Parte dá-se conta do estudo empírico. Foram inquiridas 1000 famílias, distribuídas por 9 áreas, e os resultados são apresentados em 2 blocos, caracterização socio-económica no primeiro e mobilidade geográfica e socioprofissional no segundo, terminando com a identificação de um certo número de percursos individuais típicos.

Importa salientar o grande número de inquéritos efectuados e a diversidade de questões ali colocadas, mesmo que se possa discordar da escolha de algumas áreas, em que a mais problemática me parece ser a do Bairro Chinês. A diversidade dos territórios considerados como unidades homogéneas para efeitos de amostra obriga a cautelas acrescidas na interpretação dos resultados, como por exemplo no caso do quadro 60 (p. 306), onde a resposta «trabalha no local de residência» não tem sentido equivalente na Mouraria, Abóboda ou Barreiro. Também merece reparo o facto de os resultados serem expressos em percentagem, sem que figure o número absoluto de casos, pois o universo dos respondentes varia de quadro para quadro.

Na mobilidade geográfica inclui-se a origem, migração para a área metropolitana e mobilidade residencial dentro desta área. Por vezes a apresentação é muito limitada aos quadros, sem explorar alguns contributos para a organização espacial que eles revelam. Assim, por exemplo, na mobilidade residencial quase não se dá realce à importância da oferta de fogos no mercado ou à idade do parque, factores decisivos para explicar a importância das mudanças de habitação entre 1968 e 74 (quadro 72, p. 331) para Santo António dos Cavaleiros, que estava a ser construído nessa altura, Barreiro, Baixa da Banheira e Almada, onde todavia já aparecem factores de outra ordem.

O estudo da residência anterior deve ser revisto antes da publicação definitiva, pois perde muito ao aparecerem misturados os indivíduos que mudaram de casa com aqueles que nunca o fizeram. Sendo um dos temas mais controversos da mobilidade geográfica nas grandes áreas urbanas, merece maior destaque e demonstração. A disparidade entre a percentagem de população que veio directamente de outras regiões, comparada com o elevado número de habitantes nascidos fora da AML, mostra como as pessoas não migraram directamente para a residência actual mas tiveram uma intermédia que, na maior parte das vezes, foi na cidade de Lisboa. Esta passagem pela cidade também não é igualmente expressiva para os lugares das duas margens, sendo mais importante para os habitantes do norte do Tejo.

Quanto à mobilidade no emprego verifica-se que, tal como na habitação, a estabilidade é importante. 32,5 % dos activos nunca mudou de emprego, a frequência de empregos de curta duração é relativamente baixa e o aumento da mobilidade liga-se muito com o tipo de actividades exercidas e com a existência de uma carreira. Assim, os grupos que passaram por maior número de empregos ou categorias socioprofissionais são «os patrões, gestores e quadros superiores do terciário, quadros e técnicos do secundário, profissões liberais, técnicos superiores, chefias e professores» (p. 344).

Também é curioso constatar que os motivos de mudança de emprego variam consoante se trate da primeira ou da última, de homens ou de mulheres. De facto, se o aumento de salário aparece sempre como a variável mais importante, na mudança do primeiro para o segundo emprego anda muitas vezes associado com a mobilidade geográfica, enquanto na transição para a situação profissional actual perde importância relativa, crescendo outros factores. Os filhos são uma causa de mobilidade muito menos frequente na primeira do que na última mudança, em que muitas mulheres abandonaram o trabalho assalariado devido ao crescimento da família.

Segue-se um capítulo com um título muito bonito «As gerações e o território», onde se procura mostrar que a posição social dos indivíduos depende da sua origem familiar e também, em certa medida, geográfica. Aqui se evidencia a relação que existe entre as habilitações escolares e a condição socioprofissional e a importância da origem familiar como factor condicionante da posição social de cada indivíduo, não só pela diferente facilidade de acesso à instrução que proporciona, mas também

pelas diferentes oportunidades que se abrem a pessoas com idêntica qualificação académica. «O lugar de nascimento ou de residência é também um factor condicionante do destino pessoal de cada indivíduo, porque as diferenças de desenvolvimento regional são, por si só geradoras de desigualdades» (p. 370). Isto decorre, mais uma vez, das desiguais condições de acesso ao ensino, mas também das características do mercado de trabalho local e da valorização relativa de cada categoria socio-profissional em cada região.

Finalmente, são esboçados os principais tipos de percursos residenciais, ilustrando alguns com casos reais retirados do inquérito. Uma análise factorial de correspondências múltiplas permite identificar 15 agrupamentos diferenciados pela naturalidade, localização da residência anterior e da residência actual, vindo-se depois a excluir 3.

Na Nota Final L. FONSECA faz uma síntese e dá uma ideia das tendências previsíveis de evolução do país em articulação com as perspectivas identificadas na economia mundial.

Segue-se uma extensa bibliografia com alguns títulos bastante recentes, que inclui obras teóricas e metodológicas, exemplos de casos de outros países e de Lisboa, completada com a referência às fontes estatísticas. Em Anexo encontra-se o modelo de questionário usado e as modalidades das variáveis.

Como dissemos, esta obra demonstra um certo número de ideias que vinham sendo divulgadas sem que estivessem provadas. É o caso da relação entre a mobilidade geográfica e socioprofissional, a importância da migração por saltos dentro da área metropolitana de Lisboa, a relevância da origem geográfica e familiar como elementos diferenciadores no destino de cada indivíduo ou o estudo das alterações ocorridas nas migrações, tanto a nível do país como dentro da área metropolitana, na última década.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho é rigoroso e utiliza diversos métodos, procurando o mais adequado à demonstração daquilo que se pretende. Por vezes é discutível o processo de representação adoptado, designadamente na escolha das classes em diversos mapas, que tornam difícil estabelecer comparações. O texto é escoreito, simples directo e de fácil leitura.

Ficamos a aguardar que, depois de alguns acertos, se proceda à publicação desta obra e resta-nos igualmente esperar que a autora proximamente proceda a uma exploração mais pormenorizada, e mesmo de tipo qualitativo, do rico material que os questionários certamente contém.

TERESA BARATA SALGUEIRO